

**14º PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE
ESTAGIÁRIOS – ÁREA: DIREITO**

PROVA

Candidato: _____

PROVA OBJETIVA E SUBJETIVA

APLICAÇÃO: 11/08/2013

INSTRUÇÕES

- Para seu melhor desempenho, **procure utilizar bem o tempo de prova;**
- Verifique se esta prova contém 50 questões objetivas e uma dissertativa;
- Para cada questão objetiva existe apenas uma assertiva correta;
- Somente será considerada para correção a folha de resposta;
- **Marque na folha de resposta apenas uma letra para cada questão,** preenchendo-a ou marcando um “X” com caneta esferográfica preta ou azul; mais de uma letra preenchida implicará anulação da questão;
- **Não haverá substituição da folha de respostas;**
- Não é permitida qualquer consulta;
- A resolução das questões objetivas e da subjetiva, bem como o preenchimento da folha de resposta, deverão ser realizados no prazo total de 04 (quatro) horas;
- Este caderno de questões deve ser entregue ao final da prova;
- O candidato deverá assinar apenas a folha de respostas da prova **objetiva**, no **local indicado.**

Direito Constitucional

1- O poder constituinte derivado reformador é:

- a) O poder dos Estados-Membros de elaborar suas próprias Constituições;
- b) O poder dos Municípios de criar suas leis orgânicas, reformando a ordem jurídica vigente;
- c) A capacidade de mudar a Constituição Federal por meio de procedimento específico;
- d) Autônomo, ilimitado, incondicionado e soberano.

2- Assinale a assertiva correta:

- a) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público;
- b) A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelo princípio da negação do asilo político, como no caso do italiano Cesare Battisti;
- c) Todo o poder emana do povo, que o exerce apenas por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição Federal;
- d) É fundamento da República Federativa do Brasil o pluralismo político.

3- São direitos e garantias fundamentais, exceto:

- a) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição;
- b) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;
- c) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
- d) É livre a manifestação do pensamento, sendo assegurado o anonimato;

4- Assinale a assertiva correta:

- a) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros a serviço de seu país;
- b) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição;
- c) O cargo de Presidente da República pode ser exercido por brasileiro naturalizado;
- d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro, que, por decisão administrativa, tiver cancelada a sua naturalização.

5- Assinale a alternativa incorreta:

- a) O voto, direto e secreto, possui valor igual para todos;
- b) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de setenta anos;
- c) O estrangeiro é elegível, desde que concorra para os cargos do poder legislativo;
- d) A condenação por improbidade administrativa importa em suspensão dos direitos políticos.

6- Sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) O veto presidencial não é forma de controle de constitucionalidade;
- b) Como defensor da ordem jurídica, cabe ao Ministério Público a utilização da Ação Civil Pública, com pedido de mérito pela declaração da inconstitucionalidade de lei;
- c) Em sede de controle difuso de constitucionalidade, poderá o Supremo Tribunal Federal estender o entendimento adotado na decisão para casos idênticos ou semelhantes, configurando o fenômeno denominado pela doutrina de objetivização/abstrativização do controle difuso;
- d) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, o Supremo Tribunal Federal sancionará a lei que supra a omissão.

7- Sobre o Ministério Público, assinale a alternativa correta:

- a) Ao Ministério Público não cabe realizar diligências investigatórias;
- b) Mesmo sendo instituição permanente, o Ministério Público pode ser extinto mediante emenda constitucional;
- c) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, ressalvada a observância que os membros devem às ordens dos superiores hierárquicos, na sua atuação processual;
- d) O Ministério Público possui legitimidade para ajuizar ação civil pública para a proteção de interesses individuais homogêneos que tenham relevância social significativa.

8- Sobre a educação, marque a alternativa correta:

- a) O ensino é permitido à iniciativa privada apenas enquanto não haja educação pública em todos os níveis e para todas as pessoas, inclusive estrangeiros de passagem pelo Brasil;
- b) O Estado brasileiro deve oferecer educação gratuita a todos, sem distinção, inclusive em nível de graduação e pós-graduação;
- c) O princípio da reserva do possível autoriza o não oferecimento de educação básica gratuita;

d) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

9- Sobre o meio ambiente, marque a alternativa **correta**:

- a) São desnecessários o estudo prévio e o licenciamento ambiental na construção de usinas hidroelétricas, tendo em vista que o impacto ambiental é compensado pelo potencial energético disponibilizado em prol do desenvolvimento da nação;
- b) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;
- c) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, com exceção das futuras gerações, que terão que lidar com as consequências da degradação ambiental, consequências aceitáveis, já que necessárias ao desenvolvimento da nação;
- d) Uma vez constatada a potencialidade de significativo impacto ambiental de determinado empreendimento, insere-se no juízo de discricionariedade do administrador exigir estudo prévio de impacto ambiental.

10- Sobre o tratamento constitucional dados aos índios, marque a opção **correta**:

- a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios devem ser objeto de redistribuição, não lhes cabendo o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nela existentes;
- b) Os índios devem ser gradativamente obrigados a integrar-se na sociedade e a trabalhar nos diversos setores da economia, com todos os direitos e obrigações dos não-índios;
- c) O Brasil adota a teoria assimilacionista, inclusive em matéria de educação, através da qual se deve perseguir a constante integração do indígena à sociedade envolvente;
- d) São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Direito Administrativo

11- São integrantes da administração indireta, **exceto**:

- a) INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- b) Ministério de Minas e Energia.
- c) IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- d) ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

12- Em relação aos **ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA** tipificados na Lei n.º 8.429/1992, marque a alternativa **incorreta**:

- a) Para a configuração de ato de improbidade administrativa é desnecessária a efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, conforme expressa previsão legal (art. 21, I da 8.429/92). Todavia, é imprescindível a ocorrência de dano nas hipóteses do art. 10 do referido diploma legal (Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário). Nas demais hipóteses, a ausência de dano apenas impede a aplicação da sanção de ressarcimento ao erário, sendo que a posterior reparação do prejuízo pelo agente público não tem o condão de excluir a ilegalidade do ato.
- b) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp 875.163/RS e REsp 1.038.777-SP), não há que se falar em responsabilidade objetiva nos atos de improbidade administrativa, sendo necessário aferir o elemento volitivo (intenção) do agente. Entretanto, pode se configurar na forma culposa os atos de improbidade administrativa que causem prejuízo ao erário (art. 10), por expressa previsão legal.
- c) Não há previsão legal da punição da tentativa na responsabilização por atos de improbidade administrativa, sendo inviável se utilizar analogicamente do art. 14, II do Código Penal. Isso não impede, porém, eventual punição por infringência a princípios da administração pública, quando, por circunstâncias alheias à vontade do agente, o enriquecimento ilícito ou o prejuízo ao erário não se consumarem.
- d) O art. 23 da Lei n.º 8.429/92 prevê dois prazos prescricionais para a propositura da ação de improbidade administrativa: i) 05 (cinco) anos, contados do início do exercício do mandato, cargo ou função de confiança; ii) dentro do prazo previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com suspensão. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, se o agente exercer, cumulativamente, cargo efetivo e cargo comissionado ao tempo do ato reputado ímprobo, há de prevalecer o segundo para fins de contagem prescricional (REsp 1.060.529), bem como já decidiu o STJ que, se o agente público for reeleito, o termo *a quo* para a contagem do prazo prescricional será o término do primeiro mandato. (REsp 1.107.833). De toda forma, em função do art. 37, § 5º da Constituição Federal, não são imprescritíveis as sanções de ressarcimento ao erário. (REsp 1.089.492).

13- Acerca do regime jurídico dos Atos Administrativos, marque a alternativa **correta**:

- a) A ANULAÇÃO de um ato administrativo, segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, é extinção do ato ou de seus efeitos por outro ato administrativo, realizada por razões de conveniência e oportunidade, respeitando-se

os efeitos precedentes.

- b) A REVOGAÇÃO de um ato administrativo pode ser conceituada como sendo a forma de desfazimento daquele ato em virtude da existência de vício de legalidade.
- c) A ANULAÇÃO do ato administrativo pode ser realizada pela própria Administração Pública, baseando-se no Princípio da Autotutela, bem como pode ser determinada pelo Poder Judiciário. Todavia, caso sejam atingidos direitos de terceiros, deve ser observado o contraditório.
- d) A Administração Pública não pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos.

14- Sobre os Bens Públicos, assinale a assertiva **incorreta**:

- a) São bens públicos de uso comum do povo, os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- b) São bens dominicais aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- c) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião.
- d) São bens de uso especial, os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal.

15- Analise a seguinte situação: *“Um ônibus urbano, de uma empresa concessionária de serviço de transporte público do município de Macapá/AP, em um movimentado cruzamento desta capital, atropelou e matou um ciclista que pedalava pelo acostamento”*. Diante do exemplo hipotético e tendo por base a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal relativa à Responsabilidade Civil perante Terceiro Não-Usuário do Serviço Público, marque a alternativa **correta**:

- a) A responsabilidade civil no presente caso é SUBJETIVA, pois se trata de terceiro não-usuário do serviço público.
- b) Tratava-se de responsabilidade OBJETIVA, logo, apenas a comprovação do nexo de causalidade entre o ato e o dano causado a terceiro não usuário do serviço é condição suficiente para estabelecer a responsabilização civil, nos termos do art. 37, §6º da Constituição Federal.
- c) A responsabilidade civil no exemplo mencionado é baseada na teoria do risco integral, não se admitindo excludentes de responsabilidade, tais como a culpa exclusiva da vítima.
- d) A empresa concessionária não possui responsabilidade civil no presente caso porque o ciclista não é usuário do serviço público.

Direito Civil

16- Marque a opção **incorreta**:

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, período chamado de *vacatio temporis*;
- b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior;
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior;
- d) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

17- Marque a opção **correta**:

- a) Reputa-se ato jurídico perfeito aquele editado sem vícios no seu processo de formação;
- b) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins econômicos a que ela se dirige, tendo em vista o modelo capitalista adotado pelo Brasil;
- c) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família;
- d) Os Governos estrangeiros não podem adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares, tendo em vista a soberania nacional.

18- São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

- a) Os índios;
- b) Os maiores de setenta anos;
- c) Os ébrios eventuais, que bebam aos fins de semana;
- d) Os viciados em tóxicos.

19- Marque a opção **incorreta**:

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno as autarquias;
- b) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno;
- c) Os bens públicos de uso especial são alienáveis;

d) Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião.

20- Segundo o Código Civil:

- a) O silêncio importa em discordância, conforme os usos e circunstâncias;
- b) Ao assinar um contrato, por precaução, o Código Civil diz que uma parte deve antever a má-fé da parte contrária;
- c) Tem-se por inexistente a condição impossível;
- d) O erro é substancial quando diz respeito às prestações acessórias do negócio.

Direito Processual Civil

21- Sobre a jurisdição e a ação, é correto afirmar:

- a) A jurisdição voluntária é exercida pelos conciliadores;
- b) Para uma pessoa jurídica propor ação, basta que um dos sócios tenha interesse de agir;
- c) Ninguém pode pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei;
- d) O interesse do autor pode limitar-se à existência de relação meramente fática, não jurídica.

22- São condições da ação:

- a) Possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade *ad processum*;
- b) Órgão jurisdicional, capacidade de ser parte e interesse de agir;
- c) Possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir;
- d) Ausência de inércia, demanda e jurisdição.

23- Os pressupostos processuais:

- a) São de existência, validade e recursais;
- b) Os *pressupostos de existência* subdividem-se em subjetivos e em objetivos. Os primeiros são compostos de: um órgão jurisdicional e da capacidade de ser parte (aptidão de ser sujeito processual);
- c) Os *pressupostos processuais de existência objetivos* são a própria demanda (ato que instaura um processo, ato de provocação), bem como a inexistência de litispendência;
- d) Já os *pressupostos processuais de validade objetivos* podem ser intrínsecos ou extrínsecos. Os intrínsecos, também chamados de negativos, são pressupostos que devem estar presentes.

24- Sobre as partes e procuradores, assinale o item correto:

- a) O cônjuge não necessita do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários;
- b) O Ministério Público precisa de procuração da entidade pública lesada para propor ação de ressarcimento ao erário, pois não é titular do direito;
- c) O espólio, após a abertura de inventário, é representado por todos os herdeiros;
- d) Em uma ação de improbidade administrativa, falecendo o réu, na fase de execução, seu espólio poderá ser acionado e ter seu patrimônio levado a leilão, até o limite da herança.

25- Assinale o item incorreto:

- a) Com a chegada dos juizados especiais, a regra da inercial judicial restou mitigada, pois o magistrado pode dar início ao processo nos juizados;
- b) Considera-se proposta a ação quando a petição inicial é despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara.
- c) Suspende-se o processo por motivo de força maior;
- d) Extingue-se o processo, com resolução de mérito, quando o juiz pronunciar a prescrição.

26- Sobre o procedimento ordinário:

- a) A petição inicial não precisa ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, pois os mesmos podem ser apresentados na fase de instrução;
- b) Estando em termos a petição inicial, o juiz a despachará, ordenando a citação do réu, para responder; do mandado constará que, não sendo contestada a ação, se presumirão aceitas pelo réu, como constitucionais, as leis apresentadas pelo autor;
- c) O pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, porém, formular pedido condicional em certos casos;
- d) Se o autor pedir que seja imposta ao réu a abstenção da prática de algum ato, tolerar alguma atividade, prestar ato ou entregar coisa, poderá requerer cominação de pena pecuniária para o caso de descumprimento da sentença ou da decisão antecipatória de tutela.

27- Sobre os recursos, marque o item correto:

- a) O recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da sentença; a interposição do

agravo de instrumento, em regra, não obsta o andamento do processo;

b) O Ministério Público pode interpor recurso mesmo que não seja parte no processo, nem fiscal da lei, dada a sua legitimação social;

c) Dos despachos cabe agravo de instrumento;

d) Segundo a teoria da causa madura, em casos de extinção do processo sem julgamento do mérito o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de fato e estiver em condições de imediato julgamento.

28- Sobre o mandado de segurança:

a) O Ministério Público, em regra, não atua como fiscal da lei;

b) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada;

c) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, exigida a caução como garantia;

d) Denegada a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

29- Sobre a ação civil pública, marque o item incorreto:

a) O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei;

b) Empresas públicas e sociedades de economia mista podem propor ação civil pública;

c) A Defensoria Pública não possui legitimidade para propor a ação civil pública, eis que sua atuação se restringe à tutela de direitos individuais de hipossuficientes;

d) Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

30- Sobre improbidade administrativa, marque o item correto:

a) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia, ressalvados os agentes voluntários, são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos;

b) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito, representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado, que não poderá ser pedida em medida cautelar;

c) A indisponibilidade a que se refere a lei de improbidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, bem como da multa civil que sempre será aplicada, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito;

d) Na fixação das penas previstas na lei de improbidade administrativa, o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

Direito Penal

31- Em relação ao TEMPO DO CRIME o Código Penal brasileiro adotou a Teoria do(a):

a) Resultado;

b) Atividade;

c) Ubiquidade ou Mista;

d) Seletividade.

32- Acerca da Teoria do Crime, do Dolo e da Culpa, da Consumação e da Tentativa, assinale a alternativa correta:

a) A doutrina dominante afirma que o escopo imediato e fundamental do Direito Penal reside na proteção de bens jurídicos essenciais ao indivíduo e à comunidade, trata-se do chamado "*Princípio da Exclusiva Proteção de Bens Jurídicos*".

b) O Princípio da Insignificância tem sido aceito pela doutrina e por algumas decisões judiciais como causa de redução qualitativa e material da ilicitude.

c) Em todos os casos de embriaguez ao volante deve ser aplicada a responsabilização por dolo eventual, pois em tais casos não se deve aplicar a noção de culpa consciente.

d) É inadmissível a tentativa em crimes culposos, mesmo nos casos de culpa imprópria.

33- Sobre o Concurso de Crimes no Direito Penal Brasileiro marque a alternativa correta:

a) Diz-se CONCURSO FORMAL de crimes, quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.

b) O CONCURSO MATERIAL ocorre quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicando-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

c) Aplica-se o instituto do CRIME CONTINUADO, quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

d) Se a soma das penas se mostrar mais benéfica ao réu quando da aplicação das regras do concurso formal, deve o juiz proceder ao cúmulo material. Trata-se da regra denominada de CONCURSO FORMAL IMPERFEITO, prevista no artigo 70, *parágrafo único*, do Código Penal.

34- Marque a alternativa correta:

a) Nos crimes de apropriação indébita previdenciária (Art. 168-A do CP - “Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa”), segundo orientação predominante na doutrina e na jurisprudência, é imprescindível a constituição definitiva do crédito tributário para a propositura da denúncia.

b) A reparação do dano antes do recebimento da denúncia no crime de estelionato contra entidade de direito público exclui a tipicidade (Art. 171, §3º do CP - “Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, de quinhentos mil réis a dez contos de réis. - § 3º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência”).

c) A orientação predominante quanto ao crime de moeda falsa (Art. 289 do CP - “Falsificar, fabricando-a ou alterando-a, moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro: Pena - reclusão, de três a doze anos, e multa”) é a plena aplicabilidade do princípio da insignificância, sendo, portanto, relevantes para a análise da conduta o número de cédulas falsificadas, o seu valor ou o número de pessoas eventualmente lesadas.

d) Segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça, uma pessoa que pratica as condutas de falsificar (Art. 297 do CP - “Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa”) e usar o documento falsificado (Art. 304 do CP - “Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302: Pena - a cominada à falsificação ou à alteração”) deve responder por apenas um delito, qual seja, aquele previsto no art. 297 do Código Penal.

35- Assinale a alternativa correta quanto ao crime de TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS, previsto no art. 231 do Código Penal (“Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos”):

a) Trata-se de crime instantâneo e formal, consumando-se com o ingresso ou a saída da vítima do território nacional, não se exigindo, para a consumação, o efetivo exercício da prostituição por parte da vítima.

b) Não haverá tentativa se as vítimas não chegam a alcançar o território do país de destino, como, por exemplo, quando os agentes são detidos, na companhia das vítimas, no aeroporto.

c) O tipo subjetivo do crime é o dolo, consubstanciado na vontade livre e consciente de realização da conduta descrita no tipo, todavia, não se faz necessário que o agente tenha ciência de que a vítima está sendo encaminhada para fins de prostituição.

d) É imprescindível o ânimo de lucro para a configuração do crime.

36- Pratica o CRIME DE GENOCÍDIO, previsto no art. 1º da Lei n.º 2.889/56, quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer as seguintes condutas, exceto:

a) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo;

b) submeter, sem intenção, o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;

c) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;

d) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo;

37- Assinale a alternativa correta:

a) Pratica o crime de PREVARICAÇÃO, o funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desvia, em proveito próprio ou alheio.

b) Comete PECULATO o funcionário público que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

c) Incorre no crime de CORRUPÇÃO PASSIVA o funcionário público que solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

d) Incide nas penas do crime de CONCUSSÃO o funcionário público que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

38- São Elementos do Conceito Analítico de Crime, exceto:

- a) Ilícitude ou antijuridicidade.
- b) Culpabilidade
- c) Punibilidade
- d) Tipicidade

39- São causas excludentes da antijuridicidade, exceto:

- a) Erro de Tipo.
- b) Estado de Necessidade.
- c) Legítima Defesa.
- d) Estrito Cumprimento do Dever Legal.

40- São crimes previstos no Estatuto do Índio (Lei n.º 6.001/73), exceto:

- a) Escarnecer de cerimônia, rito, uso, costume ou tradição culturais indígenas, vilipendiá-los ou perturbar, de qualquer modo, a sua prática.
- b) Praticar abuso sexual contra crianças e adolescentes indígenas.
- c) Utilizar o índio ou comunidade indígena como objeto de propaganda turística ou de exibição para fins lucrativos.
- d) Propiciar, por qualquer meio, a aquisição, o uso e a disseminação de bebidas alcoólicas nos grupos tribais.

Direito Processual Penal

41- São crimes de competência da Justiça Federal exceto:

- a) Os crimes políticos.
- b) Os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.
- c) As infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas.
- d) As infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse de Sociedade de Economia Mista Federal.

42- São espécies de ação penal, exceto:

- a) Ação penal pública incondicionada.
- b) Ação penal pública condicionada a representação do ofendido ao do ministro da justiça.
- c) Ação penal pública de improbidade administrativa.
- d) Ação penal privada subsidiária da pública.

43- É imprescindível a realização de Exame de Corpo de Delito:

- a) Em todas as infrações penais, pois a prova técnica é essencial para a condenação.
- b) Quando a infração deixar vestígios, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- c) Nos crimes de mão própria, necessariamente.
- d) Em todos os crimes dolosos.

44- Da decisão que denega ou concede a restituição de coisas apreendidas cabe:

- a) Recurso em Sentido Estrito.
- b) Carta de Ordem.
- c) Recurso de Apelação.
- d) Carta Testemunhável.

45- O Prazo para a interposição do Recurso de Apelação no Processo Penal é de:

- a) 05 (cinco) dias para a interposição, mais 08 (oito) dias para oferecer razões.
- b) 15 (quinze) dias para interposição e oferecimento de razões.
- c) 05 (cinco) dias para a interposição, mais 05 (cinco) dias para oferecer razões.
- d) 08 (oito) dias para interposição e oferecimento de razões.

46- Marque a alternativa incorreta:

- a) De modo geral, a doutrina costuma separar o sistema processual *inquisitório* do modelo *acusatório* pela titularidade atribuída ao órgão de acusação: inquisitorial seria o sistema em que as funções de acusação e de julgamento estariam reunidas em uma só pessoa (ou órgão), enquanto que *acusatório* seria aquele em que tais papéis estariam reservados a pessoas (ou órgãos) distintos.
- b) No sistema acusatório, além de se atribuírem a órgãos diferentes as funções de acusação (e investigação) e de julgamento, o processo, rigorosamente falando, somente tem início com o oferecimento da acusação.

c) O Supremo Tribunal Federal, acertadamente, já teve a oportunidade de decidir pela possibilidade de o juiz requisitar de ofício novas diligências probatórias, quando o Ministério Público se manifestar pelo arquivamento do inquérito policial.

d) No sistema inquisitório, como o juiz atua também na fase de investigação, o processo se inicia com a *notitia criminis*, seguindo-se a investigação, acusação e julgamento.

47- Sobre o Inquérito Policial, marque a alternativa correta:

a) É peça imprescindível para o oferecimento da denúncia, sob pena de inépcia.

b) As nulidades do inquérito policial maculam todas as provas produzidas e, portando, invalidam a ação penal proposta.

c) O inquérito policial pode ser presidido por membro do Ministério Público.

d) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito e nem mesmo o juiz pode determinar o seu arquivamento sem o requerimento do Ministério Público.

48- São medidas cautelares pessoais diversas da prisão, conforme recente alteração promovida no Código de Processo Penal, pela Lei nº 12.403/2011 (Art. 319), exceto:

a) A quebra de sigilo telefônico, a busca e apreensão e a quebra de sigilo bancário.

b) O recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.

c) O comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades.

d) O monitoramento eletrônico.

49- Sobre a Prisão Preventiva, marque a alternativa incorreta:

a) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

b) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

c) Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz poderá, fundamentadamente, converter a prisão em flagrante em preventiva, mesmo que se revelem adequadas ou suficientes as medidas cautelares diversas da prisão.

d) Será admitida a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

50- Sobre a interceptação de comunicações telefônicas, marque a alternativa incorreta:

a) O juiz não poderá admitir que o pedido de interceptação das comunicações telefônicas seja formulado verbalmente, mesmo que estejam presentes os pressupostos que autorizem a medida.

b) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses: I - não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal; II - a prova puder ser feita por outros meios disponíveis; III - o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

c) Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

d) A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo Juiz, de ofício ou a requerimento: I - da autoridade policial, na investigação criminal; II - do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.